

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Graduado em geografia, especialista em políticas sociais, mestre em relações internacionais pela PUC/MG, doutorando em geografia pela PUC/MG
leoluizbh@hotmail.com

Ramon Moreira Gonçalves Finelli

Graduado em geografia pela PUC/MG
ramonfinelli@magnum.com.br

Bruno de Araújo Rangel

Graduado em história e especialista em história da arte pela UFMG
brunorangel@magnum.com.br

A reflexão sobre a eficiência dos pressupostos realistas na contemporaneidade através da invasão do Iraque em 2003

Resumo

Na virada dos séculos XIX e XX, quando Rudolph Kjéllen cunhava o termo geopolítica, o realismo político consagrava-se como uma teoria explicativa dominante para o entendimento das relações de poder em âmbito global. Passadas as duas Grandes Guerras Mundiais, a interdependência das nações pareceu um caminho sem volta, ainda que, durante o período da Guerra Fria, as oposições ideológicas pudessem colocar limitações políticas à integração que já era possível devido aos avanços dos transportes e comunicações. Na década de 1970, o Realismo encontrou na academia, no seio das Relações Internacionais, uma teoria rival com grande poder explicativo para o rearranjo da ordem futura: o Liberalismo, entendido como uma teoria que aponta as instituições internacionais e a interdependência do comércio como forças poderosas no que tange à explicação das relações de poder em âmbito global. Este trabalho pretende apontar, através da invasão do Iraque de 2003, duas maneiras distintas de interpretar o mesmo evento à luz do Realismo e do Liberalismo, objetivando verificar suas limitações em um mundo ainda em transição no que tange à consolidação ou à caducidade de seus pressupostos analíticos. Para tanto, centra-se nas características do mundo contemporâneo que vem colocando em xeque alguns dos pressupostos realistas.

Palavras-chave: Realismo, Liberalismo, Invasão ao Iraque, Ordem Mundial.

Abstract

THE REFLECTION ON THE EFFICIENCY OF REALISM ASSUMPTIONS IN THE CONTEMPORARY WORLD THROUGH THE INVASION OF IRAQ IN 2003

At the turn of the nineteenth and twentieth centuries, when Rudolph Kjellén created the geopolitics term, political realism was recognized as a dominant explanatory theory for understanding power relations globally. After the two World Wars, the interdependence of nations seemed a final goal, even during the Cold War period, the opposition between ideologies could put political limitations on integration which already was possible due to advances of transport and communication. In the 1970s, Realism has found in academia, within the International Relations, a rival theory that have a great explanatory power for rearrangement of the future order: liberalism, understood as a theory pointing the international institutions and the interdependence of trade as powerful forces to explain the power relations globally. Through the 2003 invasion of Iraq, this work intends point to two different ways to interpret the same event in the light of Realism and Liberalism, aiming at finding their limitations on a world still in transition with regard to consolidation or extinction of its analytical assumptions. To do so, it focuses on the characteristics of the contemporary world coming jeopardizing some realistic assumptions.

Key-words: Realism, Liberalism, Iraq invasion, World Order.

1. Apresentação do tema

O mundo nem sempre esteve dividido em um sistema de estados separados. Um sistema de estados (ou sistema internacional) se forma quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco em suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo (BULL, 2002, p. 15). A forma dominante de leitura do sistema internacional na virada dos séculos XIX e XX é o sistema anárquico de estados, composto de estados que são relativamente coesos, porém, sem nenhum governo superior acima deles (NYE, 2009, p. 3). O período retratado é marcado por grandes divergências no ambiente europeu, protagonizadas pelos tradicionais impérios coloniais e pelos poderes estatais em ascensão. Neste contexto, tornaram-se icônicas as obras de Friedrich Ratzel (*Geografia Política* de 1897), Halford Mackinder (*O pivô geográfico da história* de 1904) e Camille Vallaux (*O solo e o Estado* de 1910). Tais obras tiveram a seu modo grande papel para o desenvolvimento da geografia política e da geopolítica. Coube, contudo, a Rudolf

Kjéllen, a cunhagem do termo geopolítica. O autor em questão concebia a geopolítica como um ramo autônomo da ciência política, distinguindo-a da geografia política, para ele um sub-ramo da geografia (COSTA, 2013, p. 56). Caberia à geografia política um caráter de neutralidade científica, enquanto que a geopolítica seria um fazer orientado ao atendimento dos interesses do Estado. Os autores alemães pós-Ratzel experimentaram o estigma de possuírem em suas abordagens um caráter apologético e doutrinário, carente de validação epistemológica. Nesse sentido, a geopolítica alemã teria renunciado deliberadamente a todo espírito científico. Crítica semelhante poderia ser feita ao inglês Halford Mackinder, que se inspirou no contexto da rivalidade anglo-russa e na oposição dos poderes marítimo britânico e terrestre czarista (MELLO, 1999, p. 16). Sua leitura de mundo servia também como um alerta aos estrategistas britânicos o que lhe custou a alcunha de *russófono* (PARKER, 1998, p. 106). Conclui-se, a partir das definições propostas, que é impossível existir uma geopolítica universal, pois seria conceitualmente contraditória. Afinal, a geopolítica ficou conhecida como um saber direcionado para o interesse do Estado sendo assim muito particular para ser universal.

Ao longo do século XX o campo das relações internacionais conheceu uma série de teorias que tentam explicar como se dá a dinâmica do sistema internacional. A teoria mais tradicional e que era dominante no início do século em questão era o realismo político. O realismo tem sido a tradição dominante no pensamento sobre a política internacional. Os realistas partem do pressuposto que existe um sistema anárquico de estados (NYE, 2009, p. 3), ou seja, não há uma autoridade que esteja acima das grandes potências estatais e que seja capaz de manter a ordem internacional a partir de determinadas leis ou princípios. De acordo com Jackson e Sorensen (2007, p. 102), o realismo baseia-se em quatro premissas básicas:

- (1) uma visão pessimista da natureza humana;
- (2) uma convicção de que as relações internacionais são necessariamente conflituosas e os conflitos internacionais são, em última análise, resolvidos por meio da guerra;
- (3) apreciação pelos valores da segurança nacional e da sobrevivência estatal;
- (4) um ceticismo básico com relação à existência de um progresso comparável ao da vida política nacional no contexto internacional (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 102).

A partir da segunda metade do século XX, devido às mudanças substanciais na vida política nacional e internacional, o realismo político passou a enfrentar, pelo menos em ambiente acadêmico, teorias baseadas em princípios contraditórios aos seus e que conseguiam explicar razoavelmente determinados fenômenos do seu tempo. O fim da balança bipolar da Guerra Fria foi, neste particular, um marco notável, à medida que possibilitou um rearranjo da ordem internacional que foi favorável à ascensão de teorias concorrentes ao realismo. Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 deram origem a uma grande empreitada militar norte-americana na Ásia, iniciada com a invasão do Afeganistão e posteriormente com a invasão ao Iraque ocorrida no ano de 2003. Notavelmente a invasão do Iraque e toda a discussão que antecedeu a ação militar dos americanos e aliados permitiu que bons argumentos surgissem de teóricos alinhados com o realismo e com o liberalismo (corrente das relações internacionais alternativa à tradição realista). Desta forma, o episódio em questão transformou-se em um importante marco para a reflexão sobre a eficiência dos pressupostos realistas na contemporaneidade. Tal reflexão coincide com a própria natureza da geopolítica que, nascida como um saber a serviço dos interesses do Estado e diante das características do mundo contemporâneo, tenha que levar em conta os pressupostos das correntes das relações internacionais para seu aprimoramento epistemológico.

2. Interlocução teórico-conceitual

Halford Mackinder, assim como alguns teóricos contemporâneos, considerava em suas análises premissas o realismo político. Entretanto, desde Mackinder, importantes mudanças ocorreram no mundo. As instituições internacionais passaram a ganhar mais força a partir da Segunda Grande Guerra Mundial. A ONU, criada em substituição à Liga das Nações, viu seu número de membros aumentar exponencialmente à medida que o processo de descolonização da África e do Sudeste Asiático se aprofundou. Apesar de existirem fisicamente, FMI, OMC, OMS, ONU, dentre outras inúmeras instituições, ainda careciam de legitimidade global, que parece só ter sido fortalecida com o colapso do bloco soviético. O fortalecimento

dessas instituições coloca em xeque o princípio realista de que o Estado é o principal ator político do sistema internacional. A corrente de pensamento concorrente ao realismo e que aposta no protagonismo das instituições no cenário internacional é chamada de liberalismo institucional (o liberalismo é uma grande corrente de pensamento das relações internacionais que se divide em três subcorrentes: o liberalismo da interdependência, o liberalismo sociológico e o institucional, aqui abordado). Os liberais institucionais argumentam que as instituições internacionais ajudam a promover a cooperação entre os estados. As instituições compensariam a falta de confiança entre os estados em uma ordem tipicamente anárquica (ordem global lida pelos realistas no que tange às relações entre os estados). Nesse sentido, as instituições permitiriam a transformação das relações internacionais de uma *“selva caótica de política de poder”* em um *“zoológico de intercâmbio pacífico e regulamentado”* (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 166). Para os realistas, as instituições estariam à mercê dos grandes poderes estatais, não sendo capazes de retirar o Estado de sua posição de principal protagonista das relações internacionais. Este embate teórico permitiu o refinamento do discurso institucionalista, como se lê a seguir:

Os liberais institucionais contemporâneos são menos otimistas do que os seus antecessores idealistas – eles concordam que as instituições internacionais podem tornar a cooperação mais fácil e provável, mas não acreditam que tais organizações podem sozinhas garantir uma transformação das relações internacionais da “selva” para o “zoológico”. Apesar de estarem cientes de que os Estados poderosos não serão completamente coagidos, os liberais institucionais não concordam com o argumento realista de que as instituições internacionais são apenas “pedaços de papel” à mercê total dos Estados poderosos. As instituições são mais do que simples subalternas dos Estados fortes; elas possuem uma importância autônoma e são capazes de promover a cooperação entre os países (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 166).

A intensificação do processo de globalização é uma força que atua em pelo menos duas frentes a favor do liberalismo e, portanto, contrariamente ao realismo político: na frente da proliferação das instituições internacionais e na frente da interdependência econômica. Para a compreensão deste duplo papel, se faz necessário, primeiramente, tratar da essência da globalização, principalmente com a dinâmica tomada a partir do fim do bloco soviético, em 1991. Objetiva-se, com isso, a compreensão da base dos argumentos contrários às premissas realistas.

2.1 A intensificação da globalização, a ascensão das instituições e a interdependência

A década de 1990 marcou diferenças profundas na sociedade em que vivemos. Primeiramente, foi o momento em que o socialismo caducou como sistema político econômico, a partir da fragmentação da URSS. Em um mundo sem a bipolaridade político-econômica, entra em cena a era dos grandes blocos econômicos. Estes buscavam potencializar as relações regionais entre países que se aproximaram economicamente como nunca se registrou. Medidas extremamente protecionistas passaram a ser mal vistas no mercado e serviam para afastar investimentos estrangeiros. A ideia de um Estado extremamente regulador se despedaçou frente a nossos olhos, dando espaço para a concepção do Estado Mínimo, mais adequado para um mundo em que a flexibilização produtiva era um dos principais motes do capitalismo. Ao mesmo tempo, os avanços das telecomunicações – sobretudo a popularização da Internet – ajudaram a revolucionar o caduco modo de produção dando início a uma era em que os limites do palco das atividades econômicas privadas e estatais se expandiram. David Harvey, em seu livro “A condição pós-moderna”, compartilha dessa percepção que aponta para características peculiares do mundo no final do século XX:

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo no final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc. No Ocidente, ainda vivemos em uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica (HARVEY, 2004, p. 117).

A flexibilização produtiva, que se consagrou no final do século XX, é o resultado de uma atuação racional dos grandes empreendedores que viam nas novas tecnologias a possibilidade de fixarem sua base produtiva a muitas centenas de quilômetros do mercado consumidor de seu interesse. O cenário em questão foi construído mediante a ascensão de novas vantagens comparativas que, equacionadas, deram luz a uma nova organização produtiva, caotizando a antiga divisão territorial do trabalho. O barateamento dos transportes associados à existência de países dotados de leis ambientais menos rígidas, bem como impostos e mão de obra mais

baratos mudaram a geografia da produção e da circulação, fazendo com que a antiga dicotomia proposta pela Divisão Internacional do Trabalho tenha se modificado. A nova geografia da produção e da circulação não foi desenhada apenas pela existência de novas áreas de produção, que permitiu que muitos produtos consumidos no ocidente apresentassem o registro “*Made in*” Indonésia, Bangladesh ou Vietnã. Foi desenhada também pela existência de novos mercados consumidores potenciais que fazem com que empresas anteriormente genuinamente europeias, japonesas ou americanas cogitem a mudança do seu centro de decisões para países situados naquilo que outrora se convencionou chamar de terceiro mundo. Tais condições descritas contribuem para o cenário presente na obra de Fareed Zakaria intitulada “*O mundo pós-americano*”:

Os dois edifícios mais altos do mundo erguem-se em Taipei e Dubai. O homem mais rico do mundo é mexicano, a maior empresa de capital aberto é chinesa e o maior fundo de investimentos tem sede nos Emirados Árabes Unidos. O maior avião do mundo está sendo fabricado na Rússia e na Ucrânia, a maior refinaria está em construção na Índia e as fábricas mais gigantescas estão todas na China. Os cassinos de Macau faturam mais do que os de Las Vegas. A maior indústria cinematográfica não é Hollywood, mas Bollywood, na Índia. Nove dos dez maiores shoppings do mundo situam-se fora dos Estados Unidos e o maior de todos funciona em Beijing (ZAKARIA, 2008, p. 12-13).

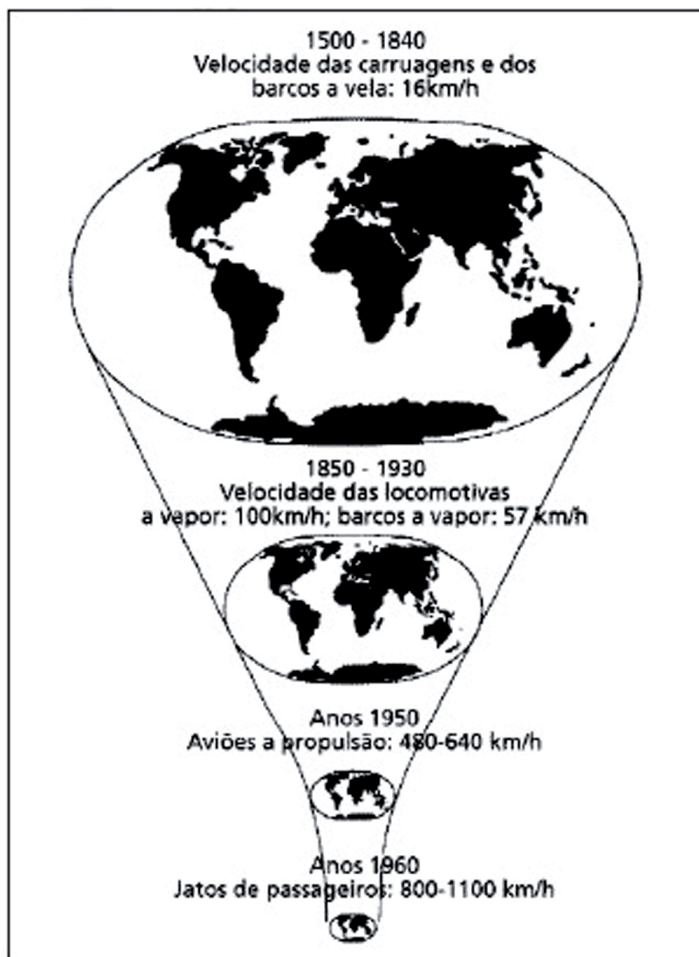
A ideia de um mundo pós americano, defendida por Zakaria, enfatiza a ascensão de um poder estatal em substituição a outro decadente. As premissas levantadas em seu livro no parágrafo anterior são explicadas pela existência de um mundo que se organiza de forma interdependente. É menos importante a discussão acerca da ascensão de uma nova potência em substituição a outra. Torna-se, nesse contexto, mais relevante o surgimento de uma nova era em que o Estado abre mão de parte do seu escopo de atuação a favor do mercado, contribuindo para que as relações interestatais se intensifiquem. Como consequência da fluidez econômica que vem ignorando limites políticos, o poder relativo dos Estados Unidos vem declinando a favor de outros estados. A partir deste cenário é razoável afirmar que o estado mais poderoso será aquele que desfrutar de uma ação da iniciativa privada mais pujante. A essência de seu poder será o bem-estar econômico de todo o sistema mundial, dado o elevado grau de internacionalização das economias.

Concentremo-nos no exemplo chinês. A China intervém no mercado de forma acima da média entre as nações, tem mantido sua moeda sobrevalorizada e apesar dessas medidas intervencionistas garante elevadas taxas de crescimento anuais. Contudo, terá que repensar em um futuro próximo esta estratégia. Neste momento, chineses estão ganhando mercados e produzindo a ruína econômica de alguns setores em outros países. Quanto mais a produção da riqueza mundial se concentrar na China, maior a chance do modelo chinês exportador se esgotar, afinal, no momento em que não contar com a boa saúde econômica de seus clientes além-mar as exportações tendem a diminuir. Por essa razão a internacionalização dos investimentos chineses e a menor regulação dos mercados é um cenário de médio prazo razoável para a pretensa nova superpotência.

A manutenção da ordem econômica mundial faz parte do escopo de preocupações de organismos como o Fundo Monetário Internacional. A ajuda econômica à Grécia em crise não é simplesmente um favor aos gregos: é principalmente uma ação que visa ao equilíbrio sistêmico. A construção da noção de um sistema econômico global foi principalmente consolidada pela flexibilização produtiva. Harvey ajuda a entender o novo mundo que permite a flexibilização produtiva ao utilizar a expressão “compressão do tempo-espaço”. Justifica a expressão e discorre sobre ela neste trecho:

Uso a palavra compressão por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós. O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos representar esse fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente. À medida que o espaço parece encolher em uma aldeia global de telecomunicações e numa espaçonave terra de interdependências ecológicas e econômicas – para apenas usar duas imagens conhecidas e corriqueiras –, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal (HARVEY, 2004, p. 219).

Figura 1
A ANIQUILAÇÃO DO TEMPO PELO ESPAÇO



Fonte: Harvey (2004, p. 220).

As novas relações quebraram antigos paradigmas. Partindo de um pressuposto ligado à corrente realista de pensamento, podemos fazer a seguinte analogia: temos agora um ecossistema (que seria o mundo) em que os animais selvagens (que seriam os estados com seus desejos expansivos e também ligados à sobrevivência) estão muito próximos. Para evitar a extinção em massa dos mais frágeis e, por consequência, em um segundo momento, do topo da cadeia alimentar, as instituições surgem

na intenção de transformar a selva em um zoológico dotado de regras. Como já foi dito, os realistas diriam que a razão de Estado ainda impera à medida que as regras estariam a serviço dos mais fortes. Mesmo que seja razoável considerar essa premissa, é plausível admitir que algumas instituições, ainda que de forma incipiente, têm se voltado contra os interesses de algumas potências. Para endossar este raciocínio, trazemos alguns exemplos. O primeiro, ocorrido no ano de 1989, no contexto do final da Guerra Fria, é o evento conhecido como Consenso de Washington. Este evento foi um encontro entre um grupo de países latino-americanos que estavam bastante endividados devido à grande crise econômica que marcou a década de 1980. Neste encontro, o FMI – Fundo Monetário Internacional – atrelou a retomada de novos empréstimos feitos pelos latinos a uma série de medidas político-econômicas que iam no sentido da diminuição dos gastos públicos. Desta forma, a poderosa instituição financeira via nas medidas neoliberais a adoção de uma melhor disciplina fiscal que poderia, em seus argumentos, diminuir o risco de moratória. Por outro lado, intelectuais alinhados com ideologias não liberais, impacientes pelos acontecimentos que ocorriam em sequência num mundo em que o capitalismo liberal parecia triunfar, acusavam o FMI de estar fazendo o jogo sujo das grandes potências. O interesse seria, para os acusadores, da inauguração de uma grande era de privatizações das gigantescas estatais latinas que poderiam abrir oportunidades para os empresários do hemisfério setentrional. Dentre estas oportunidades estaria a chance dos investidores consolidarem sua presença nestes novos mercados em expansão, livre de uma concorrência estatal que poderia ser desleal (afinal, o Estado pode não jogar as regras do mercado) e, não obstante, a chance de comprar grandes estruturas produtivas estatais a preços módicos. Este episódio, apesar de nele estar subentendido o interesse das nações do hemisfério norte, poderia ser entendido pelos mais ingênuos como uma tentativa sincera do FMI em organizar as finanças dos latinos. A história parece se repetir quando acompanhamos a recente situação da Grécia no calvário de sua crise financeira. A fórmula praticada pelas instituições se repete: empréstimos condicionados a novos comportamentos tidos como disciplinados no âmbito fiscal. Não é de se surpreender que a população grega, atenta às exigências da União Europeia e dos organismos financeiros

no sentido de impor corte de gastos públicos ao seu país, tenha ido às ruas protestar, vez ou outra de forma violenta.

Um segundo exemplo é dado pela submissão dos países aos regulamentos dos blocos econômicos. Ao integrar um bloco econômico, a nação deve obedecer a uma série de regras que foram impostas para a assinatura do bloco, o que pode ser entendido como uma limitação da soberania via integração político-econômica. O imbróglie acerca da entrada ou não da Venezuela no Mercosul é emblemático neste sentido. Segundo Brum:

As principais críticas que ensejam a demora na aprovação (da entrada da Venezuela no Mercosul) se referem ao modelo político venezuelano. O presidente Hugo Chavez está há mais de dez anos no poder e aprovou em fevereiro lei que permite a reeleição ilimitada. A mesma matéria do jornal do Senado afirma que 'os opositores à adesão do país ao Mercosul, cujo principal representante é Fernando Collor (PTB-AL), acusam a Venezuela de não cumprir a cláusula democrática do Mercosul' (BRUM, 2010, p. 36-37).

Considerando que o mundo encontra-se em estado avançado de regionalização a partir dos blocos econômicos, a posição do isolamento torna-se um castigo a uma nação. Desta forma, há uma busca incessante pelos acordos econômicos e para a facilitação da expansão do comércio bi e multilateral. Há uma tendência clara no sentido da integração político-econômica, ainda que algumas nações sejam mais protecionistas do que outras. O país que não joga as regras do jogo comercial colherá as consequências da sua opção de se tornar um pária no globalizado mundo contemporâneo. Partindo do pressuposto que estes argumentos são irrefutáveis, temos um axioma perverso: as chances de bem-estar econômico de uma nação aumentam quanto maior for a deterioração de sua soberania.

O cumprimento das normas dos blocos que as nações passam a integrar não é visto, na maior parte das vezes, como perda de soberania. Isto se deve pela percepção, amplamente aceita, de que a abertura de mercados é positiva e somente países com regimes democráticos são dignos de integrarem determinados "clubes fechados" – como é o caso da intensa discussão que envolveu a entrada da Venezuela no Mercosul. Beirou a ironia a oposição do Paraguai à entrada da Venezuela no Mercosul, sobretudo se considerarmos que o argumento contrário a sua entrada era a natureza do regime político venezuelano. O Paraguai, que fazia feroz

oposição à entrada da Venezuela, sofreu suspensão pelos demais membros devido ao *impeachment* sofrido pelo então presidente Fernando Lugo. Os países do bloco utilizaram a instituição “Mercosul” como tentativa de restabelecimento do *status quo ante*. Por mais subjetivo que seja a interpretação política de um *impeachment* (do julgamento do observador acerca do processo no sentido de definir se transcorreu mediante as instâncias normais do regime democrático ou se foi um golpe de Estado), o Mercosul posicionou-se claramente comopositor ao mesmo. Poderíamos colher inúmeros outros exemplos que reforçariam a tese de que as instituições têm interferido nos estados, que passam a se comportar de maneira cada vez mais padronizada.

A outra face da globalização que contribui para a desmitificação dos princípios realistas é a da interdependência entre as nações. Richard Rosencrance, que é um ator alinhado a uma visão que se opõe à perspectiva da teoria realista, argumenta que durante muito tempo os países resolveram seus conflitos através da força, fato que faz cada vez menos sentido no mundo contemporâneo. Para reforçar seu argumento, chama a atenção para o fato de que, na segunda metade do século XX, países que não adotaram a opção da militarização e apostaram em sua capacidade de exportação e desenvolvimento industrial, se consolidaram como grandes potências econômicas, como é o caso da Alemanha e do Japão. Jackson e Sorensen (2007, p. 160) trazem a essência do argumento de pensadores desta corrente das Relações Internacionais, na qual se enquadra, por exemplo, Richard Rosencrance:

Basicamente, os liberais da interdependência argumentam que a alta divisão do trabalho na economia internacional intensifica a interdependência, desestimulando e reduzindo os conflitos violentos entre os Estados. Apesar de permanecer o risco dos Estados modernos retomarem a opção militar e iniciarem mais uma vez corridas armamentistas e confrontos violentos, a probabilidade de isso ocorrer é baixa. Hoje, a guerra ocorre nos países menos desenvolvidos, onde, de acordo com Rosencrance, os níveis mais baixos de desenvolvimento econômico mantêm a terra como um fator dominante na produção onde a modernização e a interdependência são bem mais fracas (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 160).

Os argumentos de Rosencrance são liberais à medida que o autor avalia que o desenvolvimento técnico desvincula a relação direta que se estabelecia entre a terra e o desenvolvimento econômico. Assim, as

relações econômicas internacionais proporcionariam um desenvolvimento econômico mais intenso. A ideia ligada à terra e ao poder alude a noção de *Lebensraum* de Friedrich Ratzel, que, à sua época, fazia mais sentido do que no mundo contemporâneo (pela primazia da terra como fator dominante na produção combinada com o baixo grau de internacionalização da economia frente à contemporaneidade). O argumento de Rosencrance, que associa a interdependência econômica entre as nações e a improbabilidade de conflitos, é endossada por Joseph Nye (2002, p. 6), que classifica os países em três grupos: o primeiro seria composto por países pobres e pré-industriais; o segundo por estados industrializados em processo de modernização e o terceiro em sociedades pós-industriais. Nye (2002, p. 6) considera que o uso da força como opção para a solução de conflitos é comum no primeiro tipo de país, aceitável no segundo e menos tolerada no terceiro.

Os argumentos expostos até aqui apresentaram de que forma a globalização pode colocar em risco os pressupostos realistas, seja através do fortalecimento das instituições internacionais ou da interdependência econômica. Contudo, o episódio da invasão do Iraque em 2003 permitiu que realistas e liberais o utilizasse como exemplo para aclamar a validade dos pressupostos teóricos que acreditam. É o que veremos a seguir.

2.2 A invasão do Iraque em 2003: as opções explicativas do realismo e do liberalismo

Após a ocorrência dos Atentados Terroristas de 11 Setembro de 2001 nos Estados Unidos, o Afeganistão tornou-se um alvo a ser retaliado. Isto se deveu pela percepção dos Estados Unidos de que o governo de Cabul abrigava Osama Bin Laden e sua rede terrorista *Al Qaeda*. Em uma ação militar relativamente rápida, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão e retiraram do poder o grupo *Talebã*. Em um discurso do então presidente George W. Bush após a tomada de Cabul, no contexto daquilo que ficou conhecido como Cruzada contra o terror, o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte foram incluídos em uma categoria chamada de *Eixo do Mal*. Estavam inseridos nesta categoria países que contribuíam negativamente para a manutenção da Ordem Internacional através do apoio a grupos terroristas

e do militarismo irracional. As chocantes imagens dos Atentados de 11 de Setembro colaboraram para a criação de uma comoção global em que a invasão do Afeganistão pouco foi questionada como uma ação legítima ou não. Era como uma retaliação necessária e positiva contra grupos que matam civis indiscriminadamente. O planejamento estratégico norte-americano alçou o Iraque como alvo americano após a invasão do Afeganistão, o que foi demonstrado pelo discurso de George W. Bush. Contrariamente à empreitada militar em território afegão, os Estados Unidos colheram ferrenha oposição internacional ao se colocarem como protagonistas de uma nova guerra, contra a ditadura de Saddam Hussein.

O Iraque era, naquela altura, um país arruinado do ponto de vista econômico. Desde a Guerra do Golfo de 1991, travada pela intolerância da comunidade internacional quanto à anexação iraquiana do Kuwait, o país sofria com o programa *Oil for Food*, que embargava o petróleo iraquiano e visava a diminuir a capacidade do país em adquirir armas. O programa aparentemente cumpria sua função, mas tinha também um alto custo social. Apesar de todas as evidências da fragilidade iraquiana, Washington usou o argumento de que o Iraque possuía armas de destruição em massa, através do discurso veemente de seu então secretário de estado Colin Powell. Através dos discursos das autoridades dos países que pertencem ao Conselho de Segurança, os Estados Unidos sabiam que não podiam contar com a aprovação da intervenção militar por parte da ONU. A instituição internacional, por seu lado, diante de uma situação em que poderia perder sua legitimidade (no caso de uma decisão por ela tomada ser desrespeitada), desdobrou-se em busca de um consenso entre os envolvidos. Para tanto, nomeou uma inspeção ao Iraque chefiada pelo diplomata sueco Hans Blix, entre os meses finais de 2002 e iniciais de 2003, em busca das alardeadas armas de destruição em massa, que poderiam legitimar a ação militar norte-americana (ou pelo menos dar novos elementos ao processo de negociação que ocorria no Conselho de Segurança da ONU). Blix assim revelou os dados colhidos na inspeção, que mostrou um resultado contrário aos interesses norte-americanos:

Do ponto de vista dos Estados Unidos, a evolução em 2003 foi problemática. Enquanto os inspetores identificaram mísseis que de certa forma excediam o alcance permitido e supervisionaram sua destruição, não encontraram quaisquer armas que não tivessem sido relatadas, nem explicações verossímeis para a ausência delas. Os

iraquianos protestaram, mas comportaram-se bem. Eles sequer fizeram resistências sérias às inspeções de dois locais presidenciais – provavelmente, para eles, os lugares mais sacrossantos do Iraque (BLIX, 2004, p. 29).

O resultado da inspeção não contribuiu para a resolução das divergências dentro do Conselho de Segurança. Na verdade, serviu para aprofundá-las. Sabedor que a votação no Conselho de uma resolução favorável à intervenção militar no Iraque era improvável, os Estados Unidos anteciparam o posicionamento oficial das Nações Unidas e invadem o Iraque. O caminho da invasão terrestre até Bagdá é sem resistência, o que endossou a tese de que a deterioração econômica provocada pelos anos de embargo do petróleo havia limitado de fato a manutenção de instituições-chave no país de Saddam Hussein, como, por exemplo, as forças armadas. Se iniciaria ali um longo período de ocupação do país, que passaria por um processo semelhante ao do Afeganistão de *state building* (construção de estados), que incluiria a criação de instituições autossustentadas que pudessem sobreviver à retirada da intervenção estrangeira (FUKUYAMA, 2005). Vimos, posteriormente, com sinais claros em 2014, que, após a retirada das tropas americanas do Iraque feitas durante a gestão de Barack Obama (ação que era uma das promessas de sua campanha), a construção do Estado iraquiano mostrou-se imperfeita. Afinal, em pouco tempo após a saída das tropas, insurgentes tomaram a cidade de Mosul, no norte do Iraque, e declararam a criação de um Califado Islâmico que se estende até as terras da conturbada Síria, que experimenta uma longa guerra civil.

O episódio da invasão norte-americana e dos seus aliados ao Iraque permitiu ser interpretado pelo ponto de vista do realismo e do liberalismo. A princípio isto soa estranho, pois as duas correntes de pensamento das Relações Internacionais defendem pressupostos bem diferentes. Para os realistas, a invasão do Iraque representou a ação da principal potência a favor de seus interesses. Os Estados Unidos queriam invadir o Iraque e ignoraram os trâmites finais da ONU (deveriam, em tese, esperar pela votação do Conselho de Segurança no período pós-inspeções). Assim, o estado mais poderoso ignorou a principal instituição internacional bem como a posição de vários países contrários à Guerra e invadiu o Iraque, mostrando que o princípio do realismo que coloca o Estado como principal ator das Relações Internacionais se apresenta válido.

Por outro lado, os liberais institucionalistas argumentaram que os Estados Unidos, apesar de serem a nação mais poderosa do planeta, inauguraram um extenso debate com diversas lideranças mundiais em diferentes níveis para conseguir convencê-las de que a invasão do Iraque era necessária. O discurso do eixo do mal de George W. Bush foi proferido no final de 2001 e somente em março de 2003 a invasão do Iraque foi colocada em prática. Foram quinze meses de amplos debates mostrando que os Estados Unidos levaram em conta a ideia de respeitar as divergências quanto à invasão. Mesmo com a ressalva de que a invasão ocorreu antes da votação do Conselho de Segurança, há de se considerar que, mediante a probabilidade de veto à ação americana feita por este organismo internacional, a invasão ocorreu em um momento menos danoso para a imagem da instituição. Esta discussão é sintetizada pelo argumento de Joseph Nye, em 2002, antes mesmo do desfecho do imbróglia iraquiano-estadunidense, que traz a ideia de que o paradoxo do poder americano no final deste milênio é que ele é muito grande para ser desafiado por qualquer outro estado, mas não é grande o suficiente para resolver problemas como o terrorismo global e a proliferação nuclear. Os americanos precisam da ajuda e do respeito das outras nações (NYE, 2002, p. 16-17).

3. Considerações finais

O episódio da invasão do Iraque pelos Estados Unidos e por seus aliados é um ótimo exemplo para o teste dos pressupostos realistas na contemporaneidade. Os pressupostos realistas, que eram dominantes enquanto leitura de mundo no início do século XX, ou seja, à época do nascimento da geopolítica enquanto subárea do conhecimento, foram desafiados pelas mudanças ocorridas com maior intensidade na segunda metade do século passado, que contribuíram não só para a expansão do comércio global como também para o aumento do número e do poder das instituições internacionais. Neste particular, a intensificação do processo de globalização verificado após o fim da Guerra Fria foi um grande catalisador. Ainda que faça sentido pensar que a vontade da maior potência mundial acabou prevalecendo com a invasão do Iraque, o episódio serve

para mostrar-nos que talvez não seja prudente levarmos em conta os pressupostos realistas de forma cega. Afinal, os Estados Unidos fizeram uma grande campanha global de convencimento durante o ano de 2002, buscando alianças e legitimando sua ação militar contra o regime de Saddam Hussein. A complexidade das relações interestatais que colocaram em cena novos atores além dos estados obriga-nos a levar em conta a nova dinâmica que se desenha. Mesmo que o Estado ainda prevaleça como principal ator político das Relações Internacionais, parece prudente levarmos em conta a ascensão de atores não estatais que acabam, vez ou outra, interferindo no fazer e na interpretação geopolítica.

Referências

- BLIX, Hans. **Desarmando o Iraque: inspeção ou invasão?** São Paulo: Editora Girafa, 2004. 406p.
- BRUM, Rodrigo Martins. **A análise retórica no processo de inserção da Venezuela no Mercosul.** Dissertação de mestrado. Instituto de Economia - UFRJ. Rio de Janeiro, 2010. 111p.
- BULL, Hedley. **A sociedade anárquica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 361p.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e Geopolítica.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2013. 351p.
- FUKUYAMA, Francis. **A construção de Estados.** Rio de Janeiro: Rocco, 2005. 160p.
- HARVEY, David. **Condição pós-Moderna.** 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 349p.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 445p.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucítec; Edusp, 1999. 228p.
- NYE, Joseph S. Jr. **The paradox of American Power.** New York: Oxford University Press, 2002. 222p.

NYE, Joseph S. Jr. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009. 369p.

PARKER, Geoffrey. **Geopolitics**: past, presente and future. Londres: Pinter, 1998. 199p.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 285p.

Recebido em: 11/07/2014

Aceito em: 29/08/2014